



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

CONCURSO PARA INGRESSO AOS CARGOS DE TECNOLOGISTA EM SAÚDE PÚBLICA E PESQUISADOR EM SAÚDE PÚBLICA DA ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA/ENSP

Edital nº 07, de 28 de janeiro de 2014

O Presidente da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização concedida pelo Despacho da Excelentíssima Senhora Ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Portaria MP nº 483, de 03 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 04 de dezembro de 2013, retificada pela Portaria MPOG nº 27, de 23 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2014, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas relativas à realização de Concurso Público destinado à seleção de candidatos ao provimento de **2 (duas) vagas** para o cargo de **Tecnologista em Saúde Pública**, na carreira de Desenvolvimento Tecnológico em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e **de 23 (vinte e três) vagas** para o cargo de Pesquisador em Saúde Pública, na carreira de Pesquisa em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, **na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/ENSP**, de acordo com o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e na Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da FIOCRUZ e suas alterações e no presente Edital e seus Anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso Público será regido pela legislação pertinente e pelas demais disposições regulamentares contidas no presente Edital, seus Anexos, eventuais retificações e outros atos aprovado(s) pelas instâncias administrativas da FIOCRUZ e executado pela Fundação Dom Cintra.

1.2 O Concurso destina-se ao preenchimento de vagas ora existentes e das que vierem a surgir, relativas ao cargo de Tecnologista em Saúde Pública, obedecida a ordem classificatória, durante o prazo de validade previsto neste Edital.

1.3 A FIOCRUZ manterá em caráter permanente Comissão para acompanhar todas as etapas de realização do presente Concurso Público.

1.4 Todos os horários referenciados neste Edital têm por base o horário oficial de Brasília.

1.5 Todos os envios de documentos à Fundação Dom Cintra terão sua validação efetivada com a confrontação da data estabelecida no Cronograma do concurso constante do Anexo VII e a data da postagem (ECT) impressa na embalagem.

1.6 A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais que poderão ser distribuídas em plantões nas unidades da FIOCRUZ, de acordo com as necessidades institucionais.

1.7 O Concurso Público será realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

1.8 A seleção de que trata este Edital será composta das seguintes etapas:

a) Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, para o cargo de Tecnologista em Saúde Pública;

b) Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os perfis;

c) Análise de Títulos e Currículo, classificatória, para todos os perfis;

d) Apresentação do Projeto de Atuação Profissional e Defesa de Memorial, de caráter eliminatório e classificatório para o cargo de Pesquisador em Saúde Pública.

2. DA COMISSÃO DE CONCURSO DA FIOCRUZ

2.1 A Comissão de Concurso, instância auxiliar de natureza transitória da FIOCRUZ, designada pela Portaria nº 869/2013-PR, de 13 de agosto de 2013, tem a competência de coordenar o desenvolvimento do concurso público da FIOCRUZ com as atribuições de analisar e deliberar sobre questões de cunho gerencial ou técnico, oriundas do processo seletivo.

2.2 Será vedada a participação, na Comissão de Concurso, de servidores da FIOCRUZ que tenham, entre os candidatos inscritos, sócio, cônjuge, ex-cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente ou colateral até o terceiro grau, seja o parentesco por consanguinidade, afinidade ou adoção.

3. DAS VAGAS

3.1 O presente Concurso Público destina-se a selecionar candidatos para o provimento de **25 (vinte e cinco) vagas**, sendo **23 (vinte e três) vagas** de ampla concorrência e **2 (duas) vagas** reservadas para pessoas com deficiência, conforme Anexo I deste edital.

3.2 A distribuição das vagas por cargo, código do perfil, perfil, pré-requisitos, atribuições, cidade e vagas constam do Anexo I deste Edital.

3.3 Os conteúdos programáticos de cada cargo/perfil estão descritos no Anexo II deste Edital.

4. DA REMUNERAÇÃO

4.1 A remuneração para os cargos de Tecnologista em Saúde Pública e de Pesquisador em Saúde Pública deste Concurso Público consta do Anexo III deste Edital.

4.1.1 A remuneração para os cargos de Tecnologista em Saúde Pública e de Pesquisador em Saúde Pública corresponde ao vencimento básico do padrão inicial da classe, constante da tabela de vencimento do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da FIOCRUZ, vigente na data de entrada em exercício, mais a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública – GDACTSP, e de acordo com os títulos, a Retribuição por Titulação – RT para os servidores titulares de cargos de nível superior, conforme a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 e suas alterações, além dos benefícios previstos em Lei.

4.1.2 Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

4.1.3 Será concedido auxílio alimentação, de acordo com a Lei nº. 9527, de 10 de dezembro de 1997, e Decreto nº 3.887, de 16 de agosto de 2001, e auxílio transporte, com base no art. 7º da MP nº 2165-36, de 23 de agosto de 2001.

4.1.4 O reajuste dos vencimentos se dará na forma da Lei.

5. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

5.1. O candidato aprovado no Concurso de que trata este Edital será investido no cargo se atender às seguintes exigências na data da posse:

- a) ter nacionalidade brasileira ou gozar das prerrogativas constantes dos Decretos de nº 70.391, de 12 de abril de 1972, nº 70.436, de 18 de abril de 1972 e na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 12, parágrafo 1º;
- b) ter, na data da posse, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- c) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- d) estar em dia com os deveres do Serviço Militar, para candidatos do sexo masculino;
- e) obter aprovação e classificação no certame, dentro do número de vagas;
- f) apresentar declaração de bens que constituem seu patrimônio total, conforme declarado à Receita Federal anualmente;
- g) declaração de que não acumula cargo ou função pública;
- h) encontrar-se no pleno gozo dos direitos políticos;
- i) estar inscrito no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional, quando exigido no perfil, conforme Anexo I deste edital;
- j) não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público nos termos da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 8.112/90,
- k) declaração de que não é beneficiário do seguro-desemprego, de que trata a Lei nº 7998/90, conforme Portaria Normativa nº 4 de 2013, do MPOG.

5.2. No caso de estrangeiro, na forma da Lei nº 9.515, de 20 de novembro de 1997, que acrescentou o parágrafo 3º ao art. 5º da Lei 8.112/90, o candidato deverá:

- a) ter visto de permanência em território nacional, que permita o exercício em atividades laborativas no Brasil;
- b) ter idade mínima de dezoito anos completos;
- c) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo/perfil, comprovadas por junta médica da FIOCRUZ, ou por ela designada;
- d) apresentar a formação escolar e demais requisitos requeridos para o cargo/perfil, conforme Anexo I deste edital, com os Diplomas devidamente revalidados quando obtidos no exterior;
- e) não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público nos termos da Constituição Federal, de 1988 e da Lei nº 8.112/90.

5.3 O candidato que na data da posse não preencher os requisitos exigidos no Anexo I deste Edital perderá o direito à investidura no cargo para o qual foi nomeado.

6. DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO PÚBLICO

6.1 O valor da inscrição para o cargo de **Tecnologista em Saúde Pública** é de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) e para o cargo de **Pesquisador em Saúde Pública** é de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais).

6.1.1 Antes de efetuar o pagamento do boleto de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos neste Edital;

6.2. É de responsabilidade do candidato acompanhar regularmente as alterações deste Edital e dos comunicados.

6.2.1 Quando da realização da inscrição o candidato assume, sob as penas da Lei, que possuirá os documentos comprobatórios para satisfação das condições exigidas à época da sua posse, se classificado e convocado. Vale ressaltar que o não cumprimento de comprovação da escolaridade e dos demais pré-requisitos exigidos no Anexo I, na posse, implicará a exclusão do candidato, independente dos resultados obtidos nas provas.

6.2.2 A inscrição somente poderá ser realizada pela Internet, no endereço eletrônico oficial do concurso – www.domcintra.org.br, no horário e prazo previstos no Cronograma do concurso constante do Anexo VII.

6.2.3 As orientações e procedimentos a serem seguidos para realização da inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico do concurso.

6.3 Para efetuar sua inscrição, o candidato deverá proceder da seguinte forma:

- a) acessar a Internet, através dos endereços eletrônicos oficiais no prazo previsto no Anexo VII, observado o horário oficial de Brasília/DF;
- b) após o prazo previsto no Anexo VII não será possível acessar o Formulário de Requerimento de Inscrição;
- c) preencher o Formulário de Requerimento de Inscrição, sem utilizar-se de abreviaturas e transmiti-lo via Internet. Só então será disponibilizado, para impressão, o boleto para pagamento da inscrição;
- d) informar obrigatoriamente o número do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- e) informar como Documento de Identificação (apresentação obrigatória no dia da prova do documento original) qualquer um dos documentos relacionados a seguir:

1. Carteiras expedidas pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelas Secretarias de Segurança Pública e Justiça, pelos Institutos de Identificação, pelos Órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.);

2. Passaporte Brasileiro;

3. Carteiras Funcionais expedidas por Órgão Público que, por lei federal, valham como identidade;

4. Carteira de Trabalho;

5. Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo, com foto, aprovado pelo artigo 159 da Lei nº 9.503, de 23/09/1997).

f) efetuar o pagamento do valor da inscrição, unicamente, por meio do boleto bancário, em espécie, em qualquer agência bancária, exigindo do caixa a autenticação mecânica no boleto ou através de qualquer “Internet banking”, guardando o comprovante do pagamento;

g) será de inteira responsabilidade do candidato, a impressão, a guarda do seu comprovante de pedido de inscrição e guarda do boleto pago com a respectiva autenticação bancária, além de verificar se o código digitável que se encontra impresso no boleto, é o mesmo que se encontra impresso no comprovante de pedido de inscrição. A apresentação desses documentos será exigida em caso de qualquer dúvida levantada quer pelo candidato quer pela organizadora;

h) não será considerado o recolhimento da taxa feito após a data limite para pagamento da inscrição;

i) consultar através do endereço oficial do concurso a efetivação da inscrição 05 (cinco) dias úteis após o pagamento da mesma, prazo exigido pela rede bancária para confirmar junto à Fundação Dom Cintra, o recebimento do respectivo valor. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com a organizadora pelos telefones disponíveis na página do concurso, de segunda à sexta-feira (úteis) das 09 às 17 horas, para verificar o ocorrido.

6.4 A Fundação Dom Cintra não se responsabilizará por pedidos de inscrição não recebidos por fatores de ordem técnica dos computadores que impossibilitem a transferência dos dados, falhas de comunicação ou congestionamento das linhas de transmissão de dados.

6.5 Haverá isenção do valor da taxa de inscrição para os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2008, para os candidatos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e para membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, mediante o atendimento aos critérios estabelecidos, observando-se as condições contidas no presente Edital.

6.5.1 A isenção de taxa tratada neste Edital deve ser solicitada mediante preenchimento de campo específico no Requerimento de Inscrição do candidato, contendo:

- a) indicação do Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico;
- b) confirmação em campo próprio no Requerimento de Inscrição da declaração de que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007, assim compreendida como aquela que possua renda per capita de até meio salário mínimo ou aquela que possua renda familiar mensal de até 03 (três) salários mínimos.
- 6.5.2 As informações prestadas no Requerimento de Inscrição para solicitação da isenção do pagamento da taxa de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do Concurso Público.
- 6.5.3 Não serão analisados os pedidos de isenção que não tiverem o Número de Identificação Social – NIS e, ainda, aqueles que não contenham informações suficientes para a correta identificação do candidato na base de dados do Órgão Gestor do CadÚnico do Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -MDS.
- 6.5.4 O candidato que solicitar a isenção do pagamento da taxa de inscrição, no horário e prazo previstos no Cronograma do concurso constante do Anexo VII deste Edital, não terá o boleto bancário gerado após o envio do Requerimento de Inscrição.
- 6.5.5 O candidato com pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferido poderá efetuar sua inscrição bastando para tal, acessar o endereço eletrônico do concurso e imprimir o respectivo boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição no horário e prazo previstos no Cronograma do concurso constante do Anexo VII deste Edital.
- 6.5.6 O candidato cuja solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição for aprovada, não necessitará efetuar nova inscrição, pois o Requerimento de Inscrição encaminhado será homologado.
- 6.5.7 A Fundação Dom Cintra aceitará a solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, apenas no horário e prazo previstos no Cronograma do concurso constante do Anexo VII deste Edital.
- 6.5.8 O resultado da análise da solicitação apresentada será informado na página do Concurso Público, no horário e prazo previstos no Cronograma do concurso constante do Anexo VII deste Edital.
- 6.5.9 O candidato que não tiver o seu pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição aprovado e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e prazo estabelecidos no Cronograma do concurso constante do Anexo VII deste Edital estará automaticamente excluído do Concurso Público.
- 6.5.10 Não será aceita a solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição via correio, fax e/ou correio eletrônico.
- 6.5.11 Constatada qualquer inveracidade, a qualquer tempo, nas informações prestadas no processo aqui definido para obtenção de isenção do pagamento da taxa de inscrição será fato para o cancelamento da inscrição, tornando-se nulos todos os atos dela decorrentes, além de sujeitar-se o candidato às penalidades previstas em lei.
- 6.5.12 A Fundação Dom Cintra consultará o órgão gestor do CadÚnico – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -MDS, para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.
- 6.5.13 A relação dos pedidos de isenção de taxa de inscrição será divulgada, na data prevista no Cronograma do concurso constante do Anexo VII deste Edital, no endereço eletrônico do concurso. O candidato poderá contestar o indeferimento através desse mesmo portal, via Formulário de Recurso, especificando o nome completo e o CPF. O recurso deverá ser enviado até às 18 horas, considerando-se o horário de Brasília, obedecidos os prazos constantes no Cronograma do concurso constante do Anexo VII. Não serão admitidos pedidos de revisão após tal prazo.
- 6.5.14 Será desconsiderado o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição de candidato que, simultaneamente, tenha efetuado o pagamento da taxa de inscrição.
- 6.5.15 Não serão acatados os pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que não preencham as condições para sua concessão, seja qual for o motivo alegado.
- 6.5.16 Será indeferido, liminarmente, o recurso que descumprir as determinações constantes neste Edital, for dirigido de forma ofensiva à Fundação Dom Cintra e/ou a Fundação Oswaldo Cruz ou for apresentado fora do prazo.
- 6.5.17 O resultado da análise de eventuais recursos apresentados será dado a conhecer, via Internet, no endereço eletrônico do concurso, não sendo divulgados individualmente para cada candidato e de sua decisão não caberá recurso.
- 6.6 O candidato que necessitar de condição especial para realizar as provas deverá solicitá-la no ato de inscrição, indicando claramente qual a condição especial que necessita. Após o período de inscrição a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior superveniente à inscrição.
- 6.7 A candidata lactante, conforme o disposto no subitem 6.6, realizará suas provas em sala indicada pela Coordenação e serão disponibilizados os meios necessários para a amamentação da criança em local próximo.
- 6.7.1 Nos horários previstos para amamentação, a mãe deverá retirar-se, temporariamente, da sala em que estiver realizando a prova, acompanhada do fiscal, dirigir-se para a sala especial reservada pela Coordenação.
- 6.7.2 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.7.3 É obrigatória a presença de um responsável, indicado pela candidata, para a guarda da criança em local apropriado indicado pela Coordenação.

6.7.4 Durante o período de amamentação, a candidata será acompanhada somente por uma fiscal indicada pela Coordenação.

6.8 O candidato que esteja momentaneamente impossibilitado de transcrever as respostas das questões da Prova Objetiva para a Folha de Respostas e das questões da Prova Discursiva para o Caderno de Resposta, deverá, até três dias antes do dia previsto para a realização da prova, entrar em contato por meio do link “Fale Conosco” no endereço eletrônico oficial do concurso para ter auxílio de um fiscal para fazê-la, sendo responsável, sob qualquer alegação, pelo conteúdo transcrito.

6.9 A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

6.10 Uma vez efetivada a inscrição, não será permitida, qualquer alteração. Cabe ao interessado certificar-se de que atende a todos os requisitos para participar do Concurso. As inscrições que não atenderem ao estabelecido neste Edital serão canceladas.

6.11 O valor referente ao pagamento da inscrição somente será devolvido em caso de cancelamento do Concurso Público por conveniência ou interesse da FIOCRUZ.

6.12 É vedada a transferência do valor pago a título de inscrição para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outros concursos.

6.13 O candidato deverá realizar todas as etapas do concurso no município em que se encontra a vaga solicitada.

6.13.1 Em caso de indisponibilidade de local adequado ou suficiente no município de realização das provas, constante do subitem 1.7, estas poderão ser realizadas em outros municípios próximos.

6.14 É de inteira responsabilidade do candidato, arcar com as despesas, em todas as etapas, referentes a deslocamento e estada para local de realização das provas na cidade em que optar realizar o concurso.

6.15 Caso o candidato tenha mais de uma inscrição efetivada (paga e informada pelo banco), isenta ou não do pagamento da taxa de inscrição, somente a última inscrição será validada – sendo estabelecida como referência a data impressa no seu comprovante do pedido de inscrição.

6.16 Não será aceita inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax ou via correio eletrônico (e-mail). Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos fixados neste Edital, a mesma será cancelada.

6.17 As informações prestadas na inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, competindo à Comissão do Concurso a exclusão do certame daquele que não preencher o formulário de forma completa ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos, mesmo que tenha sido aprovado em todas as provas.

7. DA PARTICIPAÇÃO DO CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

7.1 Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, de 1988, na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e no art. 5º, § 2º, à Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o candidato portador de deficiência poderá, nos termos do presente Edital, concorrer a **2 (duas) vagas**, correspondentes a 5% (cinco por cento) do total das vagas, de acordo com o disposto no Decreto nº 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004.

7.1.1 O candidato deficiente poderá inscrever-se em qualquer um dos perfis oferecidos que disponibilize vaga para portadores de deficiência, assinalando no seu Requerimento de Inscrição tal condição.

7.1.2 As vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência estão relacionadas no Anexo I.

7.1.3 Na inexistência de candidatos portadores de deficiência ou no caso de reprovação destes, estas vagas serão preenchidas pelos demais aprovados, com estrita observância da ordem classificatória.

7.2 O candidato que se declarar portador de deficiência participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário, ao local de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas.

7.3 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se com deficiência;

b) encaminhar até o dia previsto no Anexo VII impreterivelmente, via Sedex, para Caixa Postal 23.856, CEP 20920-970- RJ, com a indicação “FIOCRUZ – Laudo Médico/Condições Especiais”, cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos **noventa dias antes do início das inscrições**, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da deficiência ou Certificado de Homologação de Readaptação ou Habilitação Profissional emitido pelo INSS.

c) estar ciente das atribuições do Cargo/Perfil para o qual se inscreve e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação de desempenho, para fins de aprovação no estágio probatório.

7.3.1 Caso o candidato não envie o laudo médico, não poderá concorrer às vagas reservadas. O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF é de responsabilidade exclusiva do candidato. A Fundação Dom Cintra não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.

7.3.2 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF terão validade somente para este Concurso Público e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.

7.4 O candidato, portador de deficiência, que necessitar de condições especiais para a realização da prova (ledor, prova ampliada, auxílio para transcrição ou sala de mais fácil acesso), excluindo-se atendimento fora do local de realização da prova, deverá fazer esta solicitação no ato da inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários, conforme previsto no art. 40, §§ 1º e 2º do Decreto nº 3.298/1999 e suas alterações. A omissão desta solicitação implicará na participação nas mesmas condições dispensadas aos demais candidatos.

7.4.1 O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá indicar a necessidade na solicitação de inscrição e encaminhar, na forma do subitem 7.3 deste Edital, justificativa acompanhada de laudo e parecer emitido por especialista da área de sua deficiência que ateste a necessidade de tempo adicional, conforme prevê o § 2º do art. 40 do Decreto 3.298/1999 e suas alterações.

7.5 É considerada pessoa portadora de deficiência, nos termos do art. 4º do Decreto nº 3298/99 com as alterações feitas pelo Decreto nº 5.296/04, a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

7.6 A inobservância do disposto no subitem “7.3” acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e o não atendimento às condições especiais necessárias, mesmo que tenha assinalado tal opção no Requerimento de Inscrição.

7.7 O candidato portador de deficiência, aprovado e classificado, quando convocado, deverá comparecer à perícia médica constituída pela FIOCRUZ, que classificará o candidato na condição de portador de deficiência ou não, considerando as categorias descritas no artigo 4º, do Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, com as alterações do Decreto n.º 5.296, de 02/12/2004, que regulamentam a Lei n.º 7.853, de 24/10/1989, que dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

7.7.1 O candidato deverá submeter-se à avaliação constituída por equipe multiprofissional determinada pela FIOCRUZ, que emitirá parecer conclusivo sobre a sua condição de portador de deficiência e sobre a compatibilidade das atribuições do cargo/perfil com a deficiência da qual é portador, observadas:

- a) as informações fornecidas pelo candidato no ato da inscrição;
- b) a natureza das atribuições e tarefas essenciais do cargo ou da função a desempenhar;
- c) a viabilidade das condições de acessibilidade e de adequações do ambiente de trabalho à execução das tarefas;
- d) a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou outros meios que habitualmente utiliza;
- e) a Classificação Internacional de Doenças (CID), de acordo com os termos do artigo 43, do Decreto nº 5.296/2004.

7.7.2 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou ausência do candidato portador de deficiência à avaliação tratada no subitem 7.7.

7.8 O candidato portador de deficiência, se aprovado, além de figurar na classificação geral, será classificado de acordo com as vagas de ampla concorrência para o perfil ao qual concorre. Caso não esteja classificado dentro dessas vagas, será classificado em relação à parte, disputando o total de vagas reservadas a pessoas portadoras de deficiência, no perfil a que concorre.

7.9 O candidato portador de deficiência, reprovado pela perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no Concurso, figurará somente na lista de classificação geral.

8. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

8.1 O candidato deverá imprimir o Cartão de Confirmação de Inscrição a partir do dia previsto no Anexo VII, na *internet*, no endereço oficial do concurso.

8.2 Ao imprimir o cartão de confirmação obriga-se o candidato a conferir:

- a) nome;
- b) CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- c) número de seu documento de identidade, sigla do órgão expedidor e Estado emitente;
- d) data de nascimento;
- e) Cargo/Área de Atuação/Perfil.

8.3 Além dos dados citados no subitem 8.2, o candidato ficará sabendo:

- a) seu número de inscrição no Concurso;
- b) data, local e horário das provas.

8.4 Erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento deverão ser comunicados no dia de realização da Prova Objetiva e/ou Prova Discursiva para que o fiscal de sala faça a devida correção em ata de prova.

8.5 São de responsabilidade exclusiva do candidato a verificação da localização correta de onde irá realizar suas provas, de acordo com o impresso no cartão de confirmação de inscrição e o comparecimento no local e horário determinados.

8.5.1 Não serão enviados ao candidato, por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, qualquer comunicado ou informações referentes à convocação para as provas.

9. DAS PROVAS

9.1 O Concurso Público para classe inicial do cargo de **Tecnologista em Saúde Pública** será composto das etapas abaixo:

9.1.1 **1ª etapa: Prova Objetiva, eliminatória e classificatória;**

Prova de Conhecimentos da Área de Atuação;
Prova de Conhecimentos Específicos do Perfil.

9.1.2 **2ª etapa:** Prova discursiva, eliminatória e classificatória.

9.1.3 **3ª etapa:** Análise de Títulos e Currículo, classificatória.

9.2 O Concurso Público para classe inicial do cargo de **Pesquisador em Saúde Pública** será composto das etapas abaixo:

9.2.1 **1ª etapa: Prova Discursiva, eliminatória e classificatória;**

Prova de Conhecimentos Específicos do Perfil.

9.2.2 **2ª etapa:** Análise de Títulos e Currículo, **classificatória;**

9.2.3 **3ª etapa:** Apresentação do Projeto de Atuação Profissional e Defesa de Memorial, **eliminatória e classificatória.**

9.3 Da Prova Objetiva para os perfis do cargo de Tecnologista em Saúde Pública

9.3.1 A Prova Objetiva para os perfis do cargo de Tecnologista em Saúde Pública será composta de **50 questões** de múltipla escolha, sendo **20 questões** de Conhecimentos Específicos na Área de Atuação e **30 questões** de Conhecimentos Específicos no Perfil.

9.3.2 O conteúdo programático da Prova Objetiva consta no Anexo II deste Edital.

9.3.3 Cada questão da Prova Objetiva apresentará 5 (cinco) alternativas e uma única resposta correta.

9.3.4 O Quadro de Provas com as disciplinas, o número de questões, a pontuação máxima e mínima exigida e o peso de cada etapa para aprovação constam do Anexo IV.

9.3.5 Será considerado aprovado na Prova Objetiva o candidato que obtiver, em cada disciplina, o número mínimo de pontos para aprovação constante no Quadro de Provas do Anexo IV deste Edital.

9.3.6 Os candidatos aprovados na Prova Objetiva, serão classificados em ordem decrescente do total de pontos, aplicados os pesos das disciplinas conforme Anexo IV deste Edital.

9.3.6.1 Estarão aptos para correção da Prova Discursiva todos os candidatos classificados em até **5 (cinco) vezes** o número de vagas determinado para os perfis do cargo de Tecnologista em Saúde Pública, respeitados os empates na última colocação.

9.4 Da Prova Discursiva para os perfis do cargo de Tecnologista em Saúde Pública

9.4.1 A Prova Discursiva conterá 1 (uma) questão, obedecendo aos conteúdos programáticos do Anexo II deste Edital, será aplicada no mesmo período de realização da Prova Objetiva. Somente será avaliada a Prova Discursiva, dos candidatos habilitados nas Provas Objetivas, conforme o subitem 9.3.6.1 incluídos nesta condição os candidatos com deficiência habilitados, e todos os demais candidatos empatados na última posição, ficando os demais candidatos eliminados do Concurso para todos os efeitos.

9.4.2 A folha de texto para a Prova Discursiva não permitirá qualquer identificação do candidato, pela Banca Examinadora, garantindo assim o sigilo do candidato.

9.4.3 A folha de rascunho do caderno de provas será de preenchimento facultativo e não será válida, em hipótese alguma, para avaliação da Prova Discursiva do candidato.

9.4.4 Serão eliminados do concurso os candidatos que não obtiverem, na Prova Discursiva, a pontuação mínima definida no Anexo IV deste Edital.

9.4.5 Os candidatos aprovados na Prova Discursiva, serão classificados em ordem decrescente do total de pontos, aplicados os pesos das disciplinas conforme Anexo IV deste Edital.

9.4.5.1 Estarão habilitados para participar da Análise de Títulos todos os candidatos classificados em até **5 (cinco) vezes** o número de vagas determinado, respeitados os empates na última colocação.

9.4.6 Os candidatos habilitados na forma do disposto no subitem 9.4.5.1 deverão enviar seus títulos e currículo, via Sedex para Caixa Postal 23.856, CEP 20920-970- RJ, com a indicação “FIOCRUZ – TECNOLOGISTA/EDITAL 7”.

9.5 Da Prova Discursiva para os perfis do cargo de Pesquisador em Saúde Pública

9.5.1 O Quadro de Provas constante no Anexo IV deste Edital demonstra o número de questões, a pontuação máxima e mínima exigida e o peso de cada disciplina.

9.5.2 A Prova Discursiva, será composta de questões de conhecimentos específicos do perfil, obedecendo aos conteúdos programáticos do Anexo II deste Edital.

9.5.3 O Caderno de Respostas para a Prova Discursiva não permitirá qualquer identificação do candidato, pela Banca Examinadora, garantindo assim o sigilo do candidato.

9.5.4 A Folha de Rascunho do caderno de provas será de preenchimento facultativo e não será válida, em hipótese alguma, para avaliação da Prova Discursiva do candidato.

9.5.5 Serão eliminados do concurso os candidatos que não obtiverem, na Prova Discursiva, a pontuação mínima definida no Anexo IV deste Edital.

9.5.6 Os candidatos aprovados na Prova Discursiva serão classificados em ordem decrescente do total de pontos, aplicados os pesos das disciplinas conforme Anexo IV deste Edital.

9.5.7 Estarão habilitados para participar da 2ª etapa - Análise de Títulos e Currículo, Apresentação do Projeto de Atuação Profissional e Defesa do Memorial todos os candidatos classificados em até **5 (cinco) vezes** o número de vagas determinado para os perfis, respeitados os empates na última colocação.

9.5.8 A convocação e orientações para a entrega dos títulos e currículos, para a apresentação do projeto de atuação profissional e do memorial, assim como os critérios para a etapa de Apresentação do Projeto de Atuação Profissional e da Defesa do Memorial serão divulgadas por meio de Edital Complementar, publicado no Diário Oficial da União e no endereço eletrônico www.domcintra.org.br, a partir do dia previsto no Anexo VII.

9.5.9 Os candidatos habilitados na forma do disposto no subitem 9.5.7 deverão enviar seus títulos e currículo, via Sedex para Caixa Postal 23.856, CEP 20920-970- RJ, com a indicação “FIOCRUZ – PESQUISADOR/EDITAL Nº 7”.

9.6 Da Análise de Títulos e Currículo para os perfis do cargo de Tecnologista em Saúde Pública

9.6.1 A Análise de Títulos e Currículo obedecerá às normas dispostas no Anexo V deste Edital.

9.6.2 O candidato será convocado para entrega dos títulos e currículo por meio de Comunicado no endereço eletrônico www.domcintra.org.br.

9.6.3 Quando da convocação para entrega dos títulos e currículo o candidato deverá preencher e assinar um formulário que estará disponível no endereço eletrônico www.domcintra.org.br, onde relacionará os títulos apresentados e indicará a sua quantidade. Juntamente com esta relação deve ser apresentado o currículo e uma cópia autenticada de cada título declarado. As cópias apresentadas não serão devolvidas em hipótese alguma.

9.6.4 A Análise de Títulos e Currículo, de caráter classificatório, será realizada por uma Banca Examinadora composta por 3 (três) membros, sendo 1 (um) deles do quadro permanente da FIOCRUZ.

9.6.5 A nota da Análise de Títulos e Currículo deverá ser registrada em ficha apropriada.

9.6.6 Receberá pontuação zero na avaliação de títulos o candidato que não entregar os títulos e o currículo na forma disposta no subitem 9.6.3 e no prazo estipulado no Comunicado de Convocação. O candidato que receber pontuação zero não será eliminado do Concurso Público, mantendo esta pontuação juntamente com as notas da Prova Objetiva e da Prova Discursiva, de acordo com o perfil, para cálculo da classificação final.

9.6.7 Somente serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias autenticadas.

9.6.8 No caso de o candidato apresentar o título original, o mesmo não será devolvido em hipótese alguma.

9.6.9 Não serão aceitos títulos encaminhados via fax ou via correio eletrônico.

9.7 Da Análise de Títulos e Currículo para os perfis do cargo de Pesquisador em Saúde Pública

9.7.1 A Análise de Títulos e Currículo obedecerá às normas dispostas no Anexo V deste Edital.

9.7.2 O candidato será convocado para entrega dos títulos e currículo por meio de Edital Complementar, conforme item 9.5.7.

9.7.3 A Análise de Títulos e Currículo, de caráter classificatório, será realizada por uma Banca Examinadora composta por 3 (três) membros, sendo 1 (um) deles do quadro permanente da FIOCRUZ.

9.7.4 A atribuição de pontos aos títulos e à produção intelectual será feita com base nas informações constantes do currículo e da correspondente documentação comprobatória, entregue pelo candidato.

9.7.5 A nota da Análise de Títulos e Currículo deverá ser registrada em ficha apropriada.

9.7.6 Receberá pontuação zero na avaliação de títulos o candidato que não entregar os títulos e o currículo na forma disposta no Edital Complementar. O candidato que receber pontuação zero não será eliminado do Concurso Público, mantendo esta pontuação juntamente com as notas da Prova Discursiva, da Apresentação do Projeto de Atuação Profissional e da Defesa do Memorial, para cálculo da classificação final.

9.7.7 Somente serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias autenticadas.

9.7.8 No caso de o candidato apresentar o título original, o mesmo não será devolvido em hipótese alguma.

9.7.9 Não serão aceitos títulos encaminhados via fax ou via correio eletrônico.

9.8 Da Apresentação do Projeto de Atuação Profissional e da Defesa de Memorial para os perfis do cargo de Pesquisador em Saúde Pública

9.8.1 A apresentação do projeto de atuação profissional e da defesa de memorial será realizada em sessão pública e avaliada por Banca Examinadora, constituída por 3 (três) profissionais de alta qualificação nas áreas objeto do Concurso ou correlatas, sendo 1 (um) deles do quadro permanente da FIOCRUZ. A apresentação do projeto de atuação profissional e da defesa de memorial não poderá ser assistida pelos demais candidatos ao mesmo perfil.

9.8.2 O local, os horários e os critérios de pontuação para a apresentação do projeto de atuação profissional e da defesa de memorial serão divulgados por meio de Edital complementar.

9.8.3 O projeto de atuação profissional e o memorial compõem dois itens de um documento único que deverá conter, de forma discursiva e circunstanciada:

a) o projeto de atuação profissional na área do perfil, estabelecendo os pressupostos teóricos dessa atuação, as ações a serem realizadas e os resultados esperados, identificando seus possíveis desdobramentos e consequências;

b) a descrição e análise das atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelo candidato, incluindo sua produção científica, e outras atividades, individuais ou em equipe, relacionadas à área de conhecimento do perfil.

9.8.4 A apresentação do projeto de atuação profissional e da defesa de memorial será gravada em mídia eletrônica. Seguir-se-á uma arguição pelos membros da Banca Examinadora, que poderá abordar, criticamente, o trabalho do candidato, a quem caberá o direito de defesa.

9.8.4.1 A nota que cada candidato receberá de cada membro da Banca Examinadora, deverá ser registrada em ficha apropriada.

9.8.4.2 A nota final da apresentação do projeto de atuação profissional e da defesa de memorial será a média aritmética das notas que cada membro da Banca Examinadora atribuir, arredondada até a primeira casa decimal.

10. DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS

10.1 A aplicação das Provas Objetivas e/ou Provas Discursivas está prevista no Anexo VII, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, será realizada no período da manhã. A data prevista dependerá da disponibilidade de locais adequados à sua realização.

10.1.1 Havendo alteração da data prevista, as Provas somente poderão ocorrer em sábados, domingos ou feriados.

10.2 A confirmação da data e as informações sobre horários e locais serão divulgadas oportunamente por meio de Comunicado, no endereço eletrônico oficial e encaminhado ao candidato por correio eletrônico (e-mail). Para tanto, é fundamental que o endereço eletrônico constante no Formulário de Inscrição esteja completo e correto.

10.2.1 A Fundação Dom Cintra e a FIOCRUZ não se responsabilizam por informações de endereço incorretas, incompletas ou por falha na entrega de mensagens eletrônicas causada por endereço eletrônico incorreto ou por problemas no provedor de acesso do candidato tais como: caixa de correio eletrônico cheia, filtros anti-spam, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica, sendo aconselhável sempre consultar o site oficial do concurso para verificar as informações que lhe são pertinentes.

10.2.2 A comunicação feita por intermédio de e-mail é meramente informativa, não desobrigando o candidato do dever de acompanhar as publicações no Diário Oficial da União e as convocações para as provas, por meio de Comunicado no site oficial do concurso.

10.2.3 O envio de comunicação pessoal dirigida ao candidato, ainda que extraviada ou por qualquer motivo não recebida, não desobriga o candidato do dever de consultar os comunicados para as provas no endereço eletrônico oficial.

10.3 O candidato que não conseguir ter acesso ao seu Cartão de Confirmação de Inscrição no dia previsto no Anexo VII, deverá entrar em contato com a organizadora, pelo telefone (21) 4062-7364, de segunda a sexta-feira, das 9 horas às 17 horas (horário de Brasília), ou consultar o site oficial do concurso.

10.4 O candidato realizará todas as etapas do concurso no município em que se encontra a vaga solicitada no requerimento de inscrição. A relação de vagas e municípios está indicada no Anexo I.

10.5 O candidato deverá comparecer ao local determinado para a realização do Concurso Público com antecedência mínima de uma hora do horário marcado para o início de suas etapas, observando o horário oficial de Brasília.

10.6 São de responsabilidade exclusiva do candidato a verificação da localização correta de onde irá realizar suas provas e o comparecimento no dia e horário pré-estabelecidos.

10.7 O tempo para realização da Prova Objetiva e/ou Prova Discursiva será de 4 (quatro) horas.

10.8 O candidato deverá comparecer ao local designado para a Prova Objetiva e/ou Prova Discursiva munido de caneta esferográfica de tinta de cor azul ou preta, com a qual deverá assinalar a resposta conforme instruções contidas na folha de respostas, que será o único documento válido para a correção eletrônica.

10.9 Somente será admitido à sala de prova o candidato que se apresentar até o horário estabelecido e que estiver munido do original do documento de identidade informado no Requerimento de Inscrição, conforme subitem 6.3 do Edital. Não será aceita cópia, ainda que autenticada, ou protocolo.

10.10 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, sendo então submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

10.11 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura, à condição de conservação do documento e/ou à própria identificação.

10.12 O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

10.13 Não serão dadas, por telefone, fax ou correio eletrônico, informações a respeito de data, de local e de horário de aplicação de provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados no endereço eletrônico oficial do concurso.

10.14 Não haverá aplicação de provas fora dos locais e datas pré-estabelecidos.

10.15 Será atribuído valor zero à questão:

a) da prova objetiva que, na folha de respostas, não apresentar marcação, ou cuja marcação não corresponder ao gabarito oficial ou contiver emenda, rasura ou mais de uma resposta assinalada.

b) da prova discursiva que, no caderno de respostas, estiver em branco ou preenchida a lápis.

10.16 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar a ausência do candidato. O não comparecimento à prova importará a sua eliminação do Concurso.

10.17 Não haverá substituição da Folha de Respostas ou do Caderno de Resposta por erro do candidato. O preenchimento dela será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções nela contidas.

10.17.1 O candidato deverá conferir na Folha de Respostas, em especial seu nome, data de nascimento, número da identidade e o Cargo/Perfil ao qual concorre.

10.18 Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de se verificarem falhas de impressão, o Chefe do Local deverá ser convocado à respectiva sala, antes do início da prova, que diligenciará no sentido de:

a) substituir os Cadernos de Questões defeituosos;

b) em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, procederá à leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo;

c) se a ocorrência verificar-se após o início da prova, o Chefe do Local, após ouvida a Coordenação Central estabelecerá prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno.

d) não é competência do fiscal de sala qualquer dessas atribuições

10.19 Durante a realização das provas não será permitida qualquer espécie de consulta (livros, notas, códigos, manuais, impressos ou anotações), nem portar telefone celular, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo, máquina calculadora ou qualquer equipamento eletrônico.

10.20 Por motivo de segurança:

- a) iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrida uma hora do seu início;
- b) o candidato não poderá levar o caderno de questões;
- c) o candidato não poderá utilizar durante a realização da prova gorro, boné, chapéu, óculos de sol.

10.21 O gabarito das provas será divulgado no endereço eletrônico oficial, em até 24 horas após sua aplicação.

10.22 O candidato poderá copiar as alternativas registradas em sua Folha de Respostas na área disponível no caderno de questões, que deverá ser destacada **pelo fiscal** quando da entrega do material de prova.

10.23 Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala e somente sairão juntos do recinto, após a aposição, em ata de prova, de suas respectivas assinaturas.

10.24 Será excluído do Concurso o candidato que:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique;
- d) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal ou antes de decorrida uma hora do início das provas;
- e) lançar mão de meios ilícitos para execução das provas;
- f) fizer anotações de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o autorizado pela Fundação Dom Cintra no dia da aplicação das provas;
- g) não devolver a Folha de Respostas ou o Caderno de Questões;
- h) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, anotação, impressos não permitido ou máquina calculadora ou similar;
- i) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógio de qualquer espécie, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- j) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- l) for descortês com os coordenadores, executores e seus auxiliares ou qualquer autoridade presente antes, durante e após a realização do Concurso Público, assim como proceder de forma incompatível com as normas de civilidade e compostura exigível de um candidato.

10.25 O candidato, ao ingressar no local de realização das provas, deverá manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, ainda que os sinais de alarme estejam nos modos de vibração e silencioso.

10.25.1 Recomenda-se ao candidato, no dia da realização da prova, não levar nenhum dos aparelhos indicados nas alíneas “h” e “i”. Caso seja necessário o candidato portar algum desses aparelhos eletrônicos, estes deverão ser acondicionados no momento da identificação, em embalagem específica a ser fornecida pela Fundação Dom Cintra exclusivamente para tal fim, devendo permanecer em local indicado pelo fiscal de sala.

10.25.2 O candidato deverá retirar a bateria do celular, garantindo que nenhum som seja emitido, inclusive do despertador. Caso não seja possível retirar a bateria, o celular deve ser desligado e colocado no envelope plástico que será disponibilizado pela organizadora, sendo que em ambos os casos o mesmo deve ser guardado conforme a orientação do fiscal.

10.26 Poderá, também, ser excluído do Concurso, o candidato que estiver utilizando ou portando em seu bolso, bolsas, sacolas, mochilas e similares os aparelhos eletrônicos indicados nas alíneas “h” e “i”, do subitem 10.24, após o procedimento estabelecido no subitem 10.25.1.

10.27 Os demais pertences pessoais dos candidatos, tais como: bolsas, sacolas, bonés, chapéus, gorros ou similares, óculos escuros e protetores auriculares, serão acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala, onde deverão permanecer até o término da prova.

10.27.1 A Fundação Dom Cintra e a FIOCRUZ não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.

10.28 Os candidatos poderão ser submetidos ao sistema de detecção de metal no dia da realização das provas.

10.29 No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Comunicado de Convocação, a Fundação Dom Cintra procederá à inclusão do candidato, desde que apresente o boleto com comprovação de pagamento, mediante preenchimento de formulário específico.

10.29.1 A inclusão será realizada de forma condicional e será analisada pela Fundação Dom Cintra, na etapa do Julgamento das Provas Objetivas/Discursivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

10.29.2 Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

10.30 O candidato deverá apor sua assinatura na lista de presença de forma semelhante àquela constante no documento de identidade apresentado.

10.31 Quando, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e o candidato será automaticamente eliminado do Concurso.

10.32 A inviolabilidade do sigilo das provas será comprovada no momento de romper-se o lacre dos envelopes mediante termo formal e na presença de 3 (três) candidatos nos locais de realização das provas.

10.33 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.

11. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

11.1 A Nota Final do candidato será a soma das notas obtidas nas etapas, considerando os pesos constantes no Anexo IV.

11.2 Os candidatos aprovados serão classificados para a cidade a que se destina a vaga, conforme Anexo I deste Edital, em ordem decrescente da Nota Final.

11.3 Somente participarão da relação final de aprovados no certame os candidatos classificados de acordo com o Anexo VI, em atendimento ao que estabelece o Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

11.4 Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo VI, ainda que tenham atingido a nota mínima, estarão automaticamente eliminados do Concurso Público.

11.5 Na hipótese de igualdade de pontos, para fins de classificação, dos candidatos que concorrem aos perfis do cargo de **Tecnologista em Saúde Pública** terá preferência, sucessivamente, o candidato:

- a) com idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição no concurso, dando-se preferência ao candidato de idade mais elevada, nos termos do artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
- b) com maior nota na Prova Objetiva;
- c) com maior nota na Prova Discursiva;
- d) com maior nota na Análise de Títulos e Currículo;
- e) mais idoso.

11.6 Na hipótese de igualdade de pontos, para fins de classificação, dos candidatos que concorrem aos perfis de **Pesquisador em Saúde Pública** terá preferência, sucessivamente, o candidato:

- a) com idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição no concurso, dando-se preferência ao candidato de idade mais elevada, nos termos do artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
- b) com maior nota na Apresentação do Projeto de Atuação Profissional e Defesa de Memorial;
- c) com maior nota na Análise de Títulos e Currículo;
- d) com maior nota na Prova Discursiva;
- e) mais idoso.

11.7 Serão elaboradas duas listagens de classificados:

- a) Com todos os candidatos em ordem decrescente da nota final;
- b) Com candidatos portadores de deficiência, na forma deste Edital.

11.8 Caso as vagas destinadas aos portadores de deficiência não sejam ocupadas, elas serão destinadas aos demais candidatos do concurso.

11.9 Havendo desistência de candidato convocado para a nomeação ou, no caso de não comprovação dos pré-requisitos exigidos para o exercício do cargo no ato de convocação para a posse, será convocado novo candidato no mesmo perfil, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para o provimento das vagas previstas neste Edital.

11.10 Caso não haja candidatos aprovados em número suficiente para suprir as vagas para um determinado perfil será facultado à FIOCRUZ convocar, em qualquer outro perfil de seu interesse neste Edital, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, o candidato do perfil escolhido que ainda não tenha sido convocado para nomeação.

11.11 O candidato reprovado será excluído do concurso e não terá seu nome relacionado na classificação final.

12. DOS RECURSOS

12.1 O prazo para interposição de recursos será de 48 (quarenta e oito) horas, para qualquer uma das etapas, após a divulgação do ato no endereço eletrônico oficial do concurso, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente.

12.2 O candidato que desejar interpor recurso, contra os gabaritos e/ou resultados preliminares das provas deverá preencher formulário próprio, disponível no endereço eletrônico oficial do concurso.

12.3 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo, com a fundamentação devida em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

12.4 Não serão apreciados os recursos em desacordo com as especificações contidas neste edital, cujo teor desrespeite a Banca Examinadora, intempestivos, sem fundamentação lógica, inconsistentes e entregues por via diferente das definidas neste edital.

12.5 Se da análise dos recursos contra questão da Prova Objetiva/Discursiva resultar sua anulação, a pontuação correspondente à questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

12.6 Se houver alteração de gabarito oficial da prova objetiva, por força de impugnações, as provas serão corrigidas de acordo com os novos gabaritos oficiais divulgados. Em hipótese alguma o quantitativo de questões da prova sofrerá alterações.

12.7 Caso o recurso interposto seja deferido, poderá eventualmente ocorrer alteração da classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou ainda poderá ocorrer desclassificação do candidato que não atingir nota mínima exigida para aprovação.

12.8 O resultado do julgamento dos recursos, do qual não caberá pedido de reconsideração, será divulgado no endereço eletrônico oficial do concurso sem prejuízo de sua divulgação nos demais meios de comunicação.

12.9 A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberá pedido de reconsideração. O resultado do julgamento dos recursos será divulgado no endereço eletrônico oficial no prazo previsto no Anexo VII, sem prejuízo de sua divulgação nos demais meios de comunicação.

12.10 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e recurso de gabarito oficial definitivo.

13. DA HOMOLOGAÇÃO E VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

13.1 O Concurso Público terá seu resultado final homologado pelo Presidente da FIOCRUZ, mediante publicação no Diário Oficial da União, da lista dos nomes dos candidatos aprovados e classificados, até o número de vagas previsto no Anexo VI deste edital. A divulgação também será feita pela Internet, nos endereços oficiais do concurso.

13.2 O prazo de validade do Concurso será de um ano a partir da data da homologação, prorrogável por igual período, a critério da Administração da FIOCRUZ.

13.2.1 Durante o período de validade do Concurso Público, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá autorizar a nomeação de candidatos aprovados e não convocados até o limite de cinquenta por cento a mais do quantitativo original de vagas.

14. DO EXAME MÉDICO

14.1 O candidato aprovado e classificado dentro do limite de vagas existentes para cada perfil oferecido será convocado, por correio eletrônico (e-mail) e telegrama, para exame médico, de caráter eliminatório, a ser realizado por profissionais designados pela FIOCRUZ.

14.2 O candidato deverá providenciar, às suas expensas, os exames laboratoriais e complementares necessários. Em todos os exames apresentados, deverá constar **obrigatoriamente** além do nome e número de identidade do candidato, a assinatura e o registro no órgão de classe específico do profissional responsável pela documentação.

14.3 O candidato que for beneficiado com a isenção da taxa de inscrição, conforme previsto no subitem 6.5 deste edital, e não puder providenciar, às suas expensas, os exames laboratoriais e complementares, conforme o subitem 14.2, poderá realizá-los na FIOCRUZ.

14.4 O candidato classificado para a reserva de vagas para portador de deficiência será avaliado por uma equipe multiprofissional, que atuará em conformidade com o disposto no § 1º, do art. 43, do Decreto nº 3.298/99.

14.5 O não comparecimento ao exame médico implicará na desistência do candidato em ser nomeado para cargo efetivo da FIOCRUZ.

14.6 Não serão admitidos, em nenhuma hipótese, pedidos de reconsideração ou recurso do julgamento obtido no exame médico.

15. DA NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO (INVESTIDURA NO CARGO)

15.1 Será eliminado o candidato que não comprovar os requisitos exigidos para o exercício do cargo, constantes do Anexo I deste Edital, no ato da posse.

15.1.1 Quando da comprovação dos requisitos o candidato deverá apresentar os diplomas de instituição credenciada pelo Ministério da Educação, original e cópia autenticada.

15.1.2 Os diplomas de Cursos de Educação Profissional Tecnológica de Graduação (Tecnólogos) serão aceitos para comprovação dos requisitos desde que atendam ao que estabelece a Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, o Decreto nº 5.154/2004, a Resolução CNE/CP3, de 18/12/2002 e a carga horária mínima estabelecida no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

15.1.3 A FIOCRUZ aceitará, em caráter excepcional, certificados e/ou declarações de instituição credenciada pelo Ministério da Educação que comprovem os requisitos exigidos para investidura no cargo. O candidato terá um prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da posse, para apresentar os diplomas, conforme subitem 15.1.1.

15.2 Os diplomas para comprovação dos requisitos somente serão considerados se obtidos em Instituição credenciada pelo Ministério da Educação e, quando obtidos no exterior, revalidados por Instituição nacional competente.

15.3 Somente será permitida a acumulação remunerada de cargos, conforme disposições contidas nas alíneas “a”, “b” e “c”, inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, observada a compatibilidade de horário.

15.4 A prática de falsidade ideológica acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, a eliminação do concurso e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados pela FIOCRUZ, ainda que já tenha sido publicado o Edital de Homologação do Resultado Final, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

15.5 Somente será nomeado e empossado no cargo, o candidato considerado **apto** no exame médico.

15.6 O candidato aprovado no Concurso Público poderá desistir definitivamente ou temporariamente.

15.7 A desistência deverá ser efetuada mediante requerimento endereçado ao diretor de recursos humanos da FIOCRUZ, até o último dia anterior à data da posse.

15.8 No caso de desistência temporária, o candidato renunciará à sua classificação e será posicionado em último lugar na lista dos aprovados.

15.9 Quando da nomeação, publicada no Diário Oficial da União, o candidato será comunicado por correio eletrônico (e-mail).

15.9.1 A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da nomeação (ato de provimento), tornando sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo especificado, de acordo com o art. 13, da Lei nº 8112/90.

15.9.2 Após o comunicado mencionado no subitem 15.9, o candidato acessará o endereço eletrônico www.direh.fiocruz.br/gais e agendará a posse para a data que mais lhe convier dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da nomeação (ato de provimento).

15.9.3 A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

15.10 Os candidatos deverão conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no presente Edital.

15.11 Por ocasião da posse serão exigidos do candidato habilitado os seguintes documentos:

- a) original e fotocópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- b) original e fotocópia da Carteira de Identidade;
- c) 02 (duas) fotos 3 x 4, coloridas e recentes;
- d) original e fotocópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou documento legal/oficial onde conste o número do CPF (identidade – RG, carteira de motorista, carteira do conselho profissional);
- e) original e fotocópia do Título de Eleitor e do último comprovante de votação (1º e 2º turnos ou único turno);
- f) original e fotocópia do PIS ou PASEP (quando possuir);
- g) original e fotocópia da Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 (vinte e um) anos;
- h) original e fotocópia do Certificado de Reservista, se do sexo masculino;
- i) original e fotocópia do Comprovante de Residência em seu nome (última conta de luz, gás, água ou telefone fixo), onde conste seu endereço completo, inclusive CEP;
- j) original e fotocópia do Comprovante de Escolaridade emitido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.;
- k) original de Certidão de regularidade de inscrição e de exercício da profissão expedido pelo Conselho Regional da classe a que pertence e correspondente comprovante de quitação de anuidade vigente, quando exigido no respectivo perfil.

15.12 O candidato, depois de adotados os procedimentos do subitem 15.11, será convocado para assinar o Termo de Posse.

15.13 A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo Termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado.

15.13.1 O candidato nomeado apresentar-se-á para a posse e exercício, às suas expensas, na Unidade onde será lotado.

15.13.2 No ato da posse o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer esfera do governo.

15.14 O não pronunciamento do candidato nomeado tornará sem efeito o ato de provimento.

15.15 O servidor terá o prazo de 15 (quinze) dias para entrar em exercício, contados da data da posse, entendendo-se como exercício o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

15.15.1 Será exonerado o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo especificado no subitem 15.15.

15.16 Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo passará por estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua assiduidade, pontualidade, aptidão, disciplina, capacidade e eficiência demonstradas serão objeto de avaliação de desempenho.

15.16.1 O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do artigo 29 da Lei nº 8.112/90.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Os resultados finais desse Concurso Público serão publicados no Diário Oficial da União e disponibilizados na rede Internet nos endereços oficiais do concurso.

16.2 O candidato será responsável pela atualização de seus contatos, junto à Fundação Dom Cintra, até a publicação do Resultado Final. A partir da publicação, a atualização deverá ser feita junto à FIOCRUZ, durante o prazo de validade do Concurso.

16.2.1 A Fundação Dom Cintra e a FIOCRUZ não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de dados incorretos ou desatualizados.

16.3 Será sumariamente excluído do Concurso Público, em qualquer etapa, o candidato que fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata ou não atender às determinações do presente Edital e seus Anexos.

16.4 A classificação no Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no cargo, mas apenas a expectativa de ser nele nomeado, seguindo rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização desse ato condicionada à oportunidade e conveniência da Administração.

16.5 Por medida de segurança, a Fundação Dom Cintra poderá, durante a realização das provas, colher a impressão digital dos candidatos, para posterior exame grafotécnico e papiloscópico.

16.6 A FIOCRUZ não arcará com despesas de deslocamento e/ou mudança dos candidatos para a realização das provas e/ou investidura no cargo.

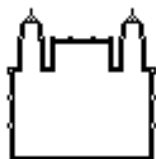
16.7 Todas as pessoas nomeadas para o cargo do presente Concurso Público estarão subordinadas à Lei nº 8.112/90, ao Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da FIOCRUZ, Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 e Lei nº 12.269, de 21 junho de 2010.

16.8 O candidato nomeado estará sujeito a deslocamentos para executar trabalhos em diferentes áreas do país.

16.9 Os casos omissos e duvidosos serão resolvidos pela Comissão de Concurso Público da FIOCRUZ ou, em última instância, pelo Conselho Deliberativo da FIOCRUZ.

PAULO GADELHA

Presidente



ANEXO I

QUADROS DE VAGAS

Edital 07 - ENSP - PESQUISADOR EM SAÚDE PÚBLICA					
CÓDIGO	PERFIL	PRÉ-REQUISITO	ATRIBUIÇÕES	CIDADE	VAGAS
GP1465	Assistência Farmacêutica	Graduação em qualquer área. Mestrado em saúde pública ou saúde coletiva.	Coordenação e execução de projetos no campo da assistência farmacêutica, com ênfase em um ou mais dos seguintes temas: formulação e implementação de políticas de assistência farmacêutica, farmacoepidemiologia, economia da saúde / farmacoeconomia / financiamento em saúde. Contribuição na produção de conhecimento e implementação de cooperação técnica em nível nacional e internacional. Apoiar as disciplinas de pós graduação em saúde pública. Contribuir na orientação de alunos de pós-graduação.	RIO DE JANEIRO/RJ	1
GP1466	Dermatologia, saúde e trabalho	Graduação em Medicina, Especialização ou Residência em Dermatologia. Mestrado em Saúde Pública.	Desenvolver atividades de assistência e pesquisa clínica em ambulatório especializado em saúde do trabalhador. Emitir laudos técnicos. Participar de atividades de ensino em programas de pós-graduação e pesquisa na área de Saúde Pública com enfoque em dermatologia, saúde e trabalho. Realizar atividades de planejamento e desenvolvimento de projetos estratégicos. Acompanhar, participar e executar ações, em caráter individual, coletivo e interdisciplinar, buscando a formulação e gestão de projetos temáticos que possuam o objetivo de desenvolver e incentivar a pesquisa clínica em dermatologia na área da Saúde Pública e no campo da Saúde do Trabalhador.	RIO DE JANEIRO/RJ	1
GP1467	Desigualdades Sociais e Saúde	Graduação em Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas ou Arquitetura e Urbanismo e Mestrado em Saúde Coletiva, Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas ou Ciências Humanas.	Desenvolver atividades de ensino e pesquisa relacionadas ao tema Desigualdades Sociais e Saúde. Colaborar para a reflexão conceitual e metodológica sobre território e saúde, segregação urbana, desenvolvimento regional, pobreza, exclusão social e iniquidades em saúde.	RIO DE JANEIRO/RJ	1
GP1468	Deteminação biológica e social dos processos endêmico-epidêmicos	Graduação em Ciências Biológicas, Ciências Humanas, Ciências da Saúde ou Ciências Exatas. Mestrado em Saúde Pública ou Saúde Coletiva.	Participar da elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa, de cooperação nacional e internacional, com ênfase nos processos endêmico-epidêmicos. Desenvolver análises epidemiológicas e de base territorial. Elaborar relatórios técnicos de pesquisas e divulgá-los. Coordenar cursos de pós-graduação (lato ou stricto) presenciais e a distancia. Ministras aulas em curso de pós-graduação (lato ou stricto) e orientar alunos. Participar da elaboração de artigos científicos, de seminários e congressos nacionais e internacionais para divulgação da produção científica da área. Participar dos comitês e fóruns técnicos na área de vigilância em saúde.	RIO DE JANEIRO/RJ	1

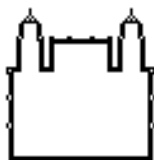
GP1469	Economia da Saúde	Graduação em Economia. Mestrado em Saúde Coletiva, Ciência Política, Sociologia ou Economia.	Desenvolvimento de estudos em economia da saúde orientados à análise e propostas que visem a melhoria do sistema público de saúde. As atividades incluem a coordenação, execução e participação em projetos de pesquisa, docência e cooperação técnica. Participação nas atividades institucionais associadas ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da cooperação técnica.	RIO DE JANEIRO/RJ	1
GP1470	Educação, Saúde e Cidadania	Graduação em Ciências Sociais, Humanas ou área de Saúde. Mestrado em Saúde Pública ou Saúde Coletiva.	Participar da elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa, de cooperação nacional e internacional, com ênfase na educação popular. Desenvolver análises de redes sociais e de base territorial. Elaborar relatórios técnicos de pesquisas e divulgá-los. Coordenar cursos de pós-graduação (lato ou stricto) presenciais e a distancia. Ministras aulas em curso de pós-graduação (lato ou stricto) e orientar alunos. Participar da elaboração de artigos científicos e participar de seminários e congressos nacionais e internacionais para divulgação da produção científica da área. Participar dos comitês e fóruns técnicos na área de educação e comunicação em saúde.	RIO DE JANEIRO/RJ	1
GP1471	Epidemiologia*	Graduação em qualquer área. Mestrado em Epidemiologia, Saúde Pública ou Saúde Coletiva.	Participar na elaboração e condução de projetos de pesquisas com ênfase no delineamento de estudos de doenças transmissíveis e não transmissíveis, bem como na área de saúde da mulher e da criança, do envelhecimento e da epidemiologia clínica. Contribuir na análise dos dados provenientes de estudos observacionais e de intervenção. Apoiar o desenvolvimento e implementação de diretrizes clínicas e de saúde pública baseadas em evidências epidemiológicas. Participar da elaboração de artigos científicos e de trabalhos para apresentação em congressos e outros eventos científicos; assessorar atividades acadêmicas, ministras aulas em cursos de pós-graduação e participar da confecção de provas teóricas e práticas em cursos ministrados. Orientar monografias, teses e dissertações de alunos de pós-graduação.	RIO DE JANEIRO/RJ	*2
GP1472	Epidemiologia Molecular	Graduação em qualquer área. Mestrado em Epidemiologia, Saúde Pública ou Saúde Coletiva.	Desenvolvimento de investigação clínica, epidemiologia clínica e molecular, utilizando diferentes tipos de desenhos de estudo, como seccionais, casos-controles, coortes e outros, com incorporação de técnicas moleculares para responder perguntas epidemiológicas de interesse para a saúde pública. Aplicação de métodos epidemiológicos para avaliar novas tecnologias em saúde. Participação em programas de pós-graduação. Orientação de alunos de iniciação científica e pós-graduação.	RIO DE JANEIRO/RJ	1
GP1473	Epidemiologia da Tuberculose	Graduação na área de ciências da Saúde. Mestrado em Saúde Coletiva, Epidemiologia, Clínica Médica ou Saúde Pública.	Aplicação de métodos epidemiológicos em pesquisas de tuberculose e outras micobactérias. Análise de determinação causal da tuberculose em coletividades humanas. Realizar e apoiar o desenvolvimento de estudos epidemiológicos no âmbito da tuberculose e outras micobacterias. Realizar e apoiar o desenvolvimento em investigações etiológicas, avaliação de tecnologias e serviços e pesquisas em vigilância epidemiológica. Avaliação e monitoramento de programas de controle de processos endêmicos.	RIO DE JANEIRO/RJ	1

GP1474	Gestão Pública, Planejamento em Saúde e Organização de Sistemas e Serviços de Saúde	Graduação nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais ou Ciências Humanas. Mestrado em Saúde Coletiva ou nas áreas de conhecimento de Ciências Humanas ou Ciências Sociais.	Desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e cooperação técnica. Participação na formulação e execução de projetos de pesquisa relacionados aos temas pertencentes ao campo de Gestão Pública e Planejamento em Saúde e à organização de sistemas de saúde. Atuação nas disciplinas de pós-graduação em Saúde Pública. Orientação de alunos. Participação nas atividades institucionais associadas ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da cooperação técnica.	RIO DE JANEIRO/RJ	1
GP1475	Informação, Comunicação, Saúde e Sociedade	Graduação em Ciências Sociais, Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas. Mestrado em qualquer área.	Desenvolver atividades de pesquisa e ensino sobre os conceitos, as teorias e os métodos do campo interdisciplinar representado pelos atos informacionais e comunicacionais em saúde, incluindo suas mediações tecnológicas, usos sociais de saberes e redes sociais considerando suas implicações sociais, éticas, epistemológicas, políticas e econômicas abordadas pelas Ciências Sociais Aplicadas e/ou Ciências Humanas.	RIO DE JANEIRO/RJ	1
GP1476	Imunodiagnóstico de doenças infectoparasitárias	Graduação em Medicina Veterinária. Mestrado em Ciências da Saúde.	Participar da elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa, com ênfase na simplificação e aperfeiçoamento de métodos imunológicos destinados ao diagnóstico de zoonoses, em especial às leishmanioses caninas, bem como, ter autonomia para a captação de recursos frente às principais agências de fomento. Proporcionar consulta técnica para pesquisadores responsáveis por projetos que envolvam animas de experimentação para atender as demandas do CEUA. Elaborar relatórios técnicos de pesquisas e divulgá-los. Coordenar e/ou ministrar aulas em cursos de pós-graduação lato e stricto-sensu e orientar alunos. Redigir artigos científicos e participar de seminários e congressos para divulgação da produção científica.	RIO DE JANEIRO/RJ	1
GP1477	Modelagem Estatística em Saúde	Graduação e Mestrado em qualquer área.	Participar na elaboração de projetos de pesquisas em seu componente quantitativo: estimar tamanho de amostra. Contribuir na definição do desenho amostral. Apoiar o desenvolvimento de protocolos de pesquisa em temas relacionados a sistemas biológicos, bioprospecção, estudos de intervenção e estudos observacionais. Indicar os modelos estatísticos adequados para análise dos dados oriundos de pesquisas, segundo pressupostos dos modelos e desenho do estudo. Indicar componentes, seleção, estimação predição e diagnóstico dos seguintes modelos: linear generalizado, de sobrevivência, de dados longitudinais, de dados espaciais e temporais e dos principais métodos multivariados. Interpretar resultados e indicar limitações dos modelos empregados. Participar da elaboração de artigos científicos para apresentação em congressos e publicações científicas. Assessorar e ministrar aulas em atividades acadêmicas e participar da confecção de provas teóricas e práticas em cursos ministrados. Orientar alunos de iniciação científica e pós-graduação.	RIO DE JANEIRO/RJ	1
GP1478	Modelos Assistenciais, Organização do Cuidado e Práticas em Saúde	Graduação nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais ou Ciências Humanas. Mestrado em Saúde Coletiva ou nas áreas de conhecimento de Ciências Humanas ou Ciências Sociais	Coordenação e execução de projetos de pesquisa relacionados à análise de modelos assistenciais. Avaliação e desenvolvimento de estratégias, dispositivos e processos de organização e gestão do cuidado em saúde. Docência nas disciplinas e cursos pós-graduação em saúde pública. Orientação de alunos. Desenvolvimento de atividades de cooperação técnica. Participação nas atividades institucionais associadas ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da cooperação técnica.	RIO DE JANEIRO/RJ	1

GP1479	Psicodinâmica, ergologia e ergonomia	Graduação em Ciências Sociais ou Ciências Humanas e Mestrado em Saúde Pública.	Desenvolvimento de projetos de pesquisa com foco na compreensão dos aspectos humanos e subjetivos relacionados à articulação saúde-trabalho, especialmente com base nas teorias contemporâneas vinculadas às Clínicas do Trabalho (psicodinâmica, ergologia e ergonomia). Atividades docentes em cursos de pós-graduação, contribuindo com a formação de estudantes no que tange à utilização de métodos e técnicas qualitativas de pesquisa em Saúde do Trabalhador, com foco na área de atuação específica e em áreas correlatas.	RIO DE JANEIRO/RJ	1
GP1480	Qualidade em Laboratório de Audiologia	Graduação e Mestrado em Fonoaudiologia.	Coordenar, elaborar e executar projetos de alto nível de complexidade voltados às atividades especializadas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em saúde auditiva na área de saúde do trabalhador. Desenvolver e implementar procedimentos operacionais padrão e outros instrumentos de gestão, avaliação e controle da qualidade em Saúde do Trabalhador. Implementação de termos de cooperação técnica interinstitucionais e coordenação de pesquisa em parceria com outras instituições, organização de eventos científicos, publicação de artigos, boletins, material educativo. Participar de atividades e programas de ensino a distância em Saúde do Trabalhador.	RIO DE JANEIRO/RJ	1
GP1481	Saneamento: tratamento de efluentes	Graduação e Mestrado em qualquer área.	Desenvolver atividades de ensino e pesquisa na área de tratamento de efluentes domésticos e industriais.	RIO DE JANEIRO/RJ	1
GP1482	Saneamento: tratamento de resíduos sólidos	Graduação e Mestrado em qualquer área.	Desenvolver atividades de ensino e pesquisa na área de tratamento e gestão de resíduos sólidos urbanos.	RIO DE JANEIRO/RJ	1
GP1483	Vigilância Sanitária e Saúde Coletiva	Graduação nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Ciências Humanas ou Ciências Exatas. Mestrado nas áreas de conhecimento das Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Ciências Humanas ou Ciências Exatas.	Desenvolver atividades de ensino. Orientar alunos da pós-graduação. Participar da elaboração e execução de projetos de pesquisa voltados à Vigilância Sanitária. Participar da elaboração e desenvolvimento de projetos de cooperação interinstitucional na área. Participar na difusão do conhecimento em Vigilância Sanitária para profissionais de saúde e para a sociedade.	RIO DE JANEIRO/RJ	1
GP1484	Vigilância em Saúde Ambiental*	Graduação e Mestrado em qualquer área.	Desenvolver atividades de ensino e pesquisa na área de Vigilância em Saúde Ambiental.	RIO DE JANEIRO/RJ	*2
GP1485	Violência e saúde	Graduação em Ciências da Saúde. Mestrado em Saúde Pública ou Saúde da Mulher e da Criança.	Realizar pesquisas na área de violência e seu impacto na saúde (com ênfase na saúde da mulher e da criança), na segurança pública e em avaliação de programas/serviços relacionados à saúde e violência. Ministrar aulas e orientar alunos em pós-graduação. Trabalhar com metodologia quantitativa e qualitativa.	RIO DE JANEIRO/RJ	1

*Uma vaga para portador de deficiência

Edital 07 - ENSP - TECNOLOGISTA EM SAÚDE PÚBLICA						
CÓDIGO	ÁREA	PERFIL	PRÉ-REQUISITO	ATRIBUIÇÕES	CIDADE	VAGAS
GT3378	Pesquisa Clínica	Aspectos Regulatórios de Estudos Clínicos em Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	Graduação em Farmácia. Registro no conselho de classe.	Atuar em Comitê de Ética em Pesquisa (CEP); Organizar e gerenciar os arquivos regulatórios do COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA ENSP; comunicação com outros CEP, CONEP e ANVISA; desenvolver e implementar ferramentas para gerenciamento do fluxo de documentos.	RIO DE JANEIRO/RJ	1
GT3379	Saúde, Trabalho e Ambiente	Nutrição no campo da saúde, trabalho e ambiente	Graduação em Nutrição. Registro no conselho de classe.	Atividades de suporte técnico ao ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico em saúde, trabalho e ambiente, com foco na aplicação dos conhecimentos de nutrição nas ações de atenção integral à saúde do trabalhador. Avaliação e desenvolvimento de abordagens educativas e de comunicação em saúde, com foco na alimentação e nutrição aplicadas à saúde do trabalhador. Fornecer subsídios para as decisões políticas, auxiliar no planejamento, no monitoramento e no gerenciamento de programas relacionados com a melhoria dos padrões de consumo alimentar e do estado nutricional da população trabalhadora.	RIO DE JANEIRO/RJ	1



ANEXO II CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

CARGO: PESQUISADOR EM SAÚDE PÚBLICA ENSP

ESPECÍFICOS

Perfil: Assistência Farmacêutica

1. Políticas de saúde. 2. Políticas farmacêuticas. 3. Epidemiologia, em especial epidemiologia do medicamento. 4. Avaliação econômica em saúde.

Perfil: Dermatologia, Saúde e Trabalho

1. Aspectos epidemiológicos das dermatoses ocupacionais. 2. Etiologia das dermatoses ocupacionais. 3. Aspectos clínicos das doenças da pele e do tecido subcutâneo relacionadas ao trabalho. 4. Diagnóstico das dermatoses ocupacionais. 5. Prevenção e tratamento das dermatoses ocupacionais. 6. Aspectos da legislação nacional sobre as dermatoses relacionadas ao trabalho.

Perfil: Desigualdades Sociais e Saúde

1. Pobreza, desigualdade, exclusão e vulnerabilidade social: conceitos e perspectivas teóricas. 2. Desigualdades no acesso a serviços públicos no Brasil. 3. Desigualdades sociais em saúde: medidas e indicadores. 4. Desigualdades regionais, segregação urbana e saúde. 5. Gênero, etnia e iniquidades em saúde. 6. Avaliação de políticas para redução das desigualdades sociais em saúde.

Perfil: Determinação biológica e social dos processos endêmico-epidêmicos

1. Epidemiologia social. 2. Geografia crítica. 3. Modelos de análise multivariadas e modelos de estudos epidemiológicos. 4. Ferramentas de geoprocessamento e de análise territorial. 5. Vigilância em saúde de base territorial. 6. Monitoramento de endemias e vulnerabilidade sócio-ambiental.

Perfil: Economia da Saúde

1. Fundamentos da economia da saúde. 2. Economia do setor público. 3. Regulação econômica e regulação política. 4. Características dos mercados no âmbito do setor saúde. 5. Política fiscal e financiamento do setor de saúde. 6. Sustentabilidade e definição de prioridades nos sistemas de saúde. 7. Relações público-privadas no âmbito do sistema de saúde brasileiro. 8. Análise comparada de sistemas de saúde.

Perfil: Educação, Saúde e Cidadania

1. Educação em saúde. 2. Educação popular. 3. Comunicação em saúde. 4. Saúde e cidadania. 5. Redes de apoio social. 6. Construção compartilhada do conhecimento. 7. Direitos civis e sociais em saúde. 8. Políticas de educação em saúde. 9. Controle social e vigilância civil. 10. Movimentos sociais e cultura.

Perfil: Epidemiologia

1. Conceitos fundamentais de epidemiologia, incluindo interação, viés e confundimento, delineamento, condução e análise de estudos epidemiológicos. 2. Métodos epidemiológicos e suas aplicações em saúde pública. 3. Métodos epidemiológicos aplicados ao estudo de doenças transmissíveis e não transmissíveis, à saúde da mulher e da criança, e ao envelhecimento. 4. Vigilância epidemiológica. 5. Epidemiologia clínica. 6. Métodos quantitativos em pesquisa epidemiológica.

Perfil: Epidemiologia Molecular

1. Epidemiologia molecular: o quadro contextual da epidemiologia molecular. 2. Conhecimento teórico-prático sobre biomarcadores. 3. Avaliação da exposição ambiental. 4. Incorporação de biomarcadores em delineamentos de estudos epidemiológicos. 5. Aplicação de biomarcadores para doenças. 6. O processo de epidemiologia genética: epidemiologia descritiva e geração hipótese. 7. Agregação familiar, análise de segregação, análise de ligação, clonagem e mapeamento fino, estudos de associação de genes candidatos, caracterização do efeito de genes clonados. 8. Genética molecular: divisão celular, recombinação genética, expressão gênica, polimorfismos genéticos, mutações, entre outros. 9. Princípios da herança mendeliana. 10. Conceitos básicos de epidemiologia e bioestatística: desenho de estudo [case-only e case-case]. 11. Mensuração das medidas de frequência e associação, interação, viés e confundimento, condução e análise de estudos epidemiológicos. 12 - Genética de populações.

Perfil: Epidemiologia da Tuberculose

1. Métodos epidemiológicos em pesquisas de tuberculose e outras micobactérias. 2. Determinação causal da tuberculose em coletividades humanas. 3. Avaliação da eficácia das intervenções realizadas no âmbito da saúde pública. 4. Estudo de corte, caso controle, ecológico, transversal e descritivo.

Perfil: Gestão Pública, Planejamento em Saúde e Organização de Sistemas e Serviços de Saúde

1. Administração pública: histórico e perspectivas contemporâneas. 2. Administração pública brasileira. 3. Teorias organizacionais. 4. A nova gestão pública. 5. A questão do desempenho nas organizações públicas: os modelos pautados na eficiência e efetividade. 6. A função diretiva e o papel do dirigente público. 7. Estratégia e gestão da mudança nas organizações públicas de saúde. 8. O Estado, novos formatos organizacionais e suas inflexões sobre a gestão do SUS. 9. Teorias e métodos de planejamento público e planejamento em saúde. 10. Aspectos históricos do planejamento em saúde. 11. Correntes de planejamento em saúde. 12. Metodologias de planejamento em saúde. 13. As ferramentas de planejamento e gestão do SUS. 14. Planejamento de sistemas e redes de serviços de saúde. 16. Planejamento e organização regional do sistema de saúde.

Perfil: Informação, Comunicação, Saúde e Sociedade

1. Abordagens teóricas da comunicação e da informação. 2. Mediações tecnológicas de comunicação e informação nas relações Estado-Sociedade, Sociedade-Sociedade, Cidadão-Cidadão. 3. Contexto contemporâneo das redes sociais e dinâmica participativa no contexto contemporâneo. 4. Usos sociais, biopolítico e econômico de saberes e suas implicações para a democracia e para as práticas em Saúde. 5. Atos informacionais e comunicacionais em saúde implicados na análise de processos decisórios e na avaliação de políticas públicas. 6. Informação e Comunicação em Saúde: implicações éticas de seus usos para o Indivíduo e a Sociedade.

Perfil: Imunodiagnóstico de Doenças Infectoparasitárias

1. Métodos diagnósticos imunológicos (princípios, aplicação, planejamento, análise e interpretação de resultados). 2. Biologia das principais espécies de vetores e reservatórios das leishmanioses e da Doença de Chagas. 3. Técnicas de produção de anticorpos provenientes de mamíferos e aves e sua conjugação com enzimas e fluorocromos.

Perfil: Modelagem Estatística em Saúde

1. Estimativa de tamanho de amostra. 2. Definição do desenho amostral. 3. Desenvolvimento de protocolos de pesquisa em temas relacionados a sistemas biológicos, bioprospecção, estudos de intervenção e estudos observacionais. 4. Indicar os modelos estatísticos adequados para análise dos dados oriundos de pesquisas, segundo pressupostos dos modelos e desenho do estudo. 5. Indicar componentes, seleção, estimação predição e diagnóstico dos seguintes modelos: linear generalizado, de sobrevida, de dados longitudinais, de dados espaciais e temporais e dos principais métodos multivariados. 6. Interpretar resultados e indicar limitações dos modelos empregados.

Perfil: Modelos Assistenciais, Organização do Cuidado e Práticas em Saúde

1. Abordagens do cuidado em saúde em suas dimensões individual e coletiva. 2. Modelos assistenciais/de atenção. 3. Necessidades de saúde, equidade e integralidade em saúde. 4. Utilização de serviços. 5. Promoção da saúde. 6. O trabalho em saúde, a produção do cuidado e sua gestão. 7. Organização de linhas de cuidado e organização e gestão da rede. 8. Gestão hospitalar. 9. Gestão da clínica. 10. Qualidade do cuidado (abordagens da qualidade). 11. Humanização da atenção. 12. Clínica “ampliada”/dimensões subjetivas e relacionais/interativas do cuidado em saúde. 13. Trabalho em equipe e cooperação, organização do cuidado e gestão dos processos de trabalho em saúde mental.

Perfil: Psicodinâmica, ergologia e ergonomia

1. Princípios do campo da Saúde do Trabalhador. 2. O trabalho contemporâneo e suas dimensões subjetivas. 3. Contribuição das Clínicas do Trabalho para a produção de conhecimento e intervenção sobre a relação saúde-trabalho. 4. Conceitos e métodos da Ergonomia da Atividade. 5. A dinâmica prazer-sofrimento no trabalho. 6. Trabalho e saúde na perspectiva da Ergologia. 7. Abordagens qualitativas e participativas sobre a relação saúde e trabalho, considerando a questão da subjetividade.

Perfil: Qualidade em Laboratório de Audiologia

1. Políticas públicas em Saúde Auditiva do trabalhador. 2. Notificação e comunicação da perda auditiva do trabalhador. 3. Legislação aplicada à saúde auditiva do trabalhador. 4. Etiologia, aspectos clínicos e diagnóstico das perdas auditivas ocupacionais. 5. Prevenção e promoção da saúde auditiva do trabalhador.

Perfil: Saneamento: tratamento de efluentes

1. Conceitos, aspectos históricos e marcos legais do tratamento de efluentes domésticos e industriais. 2. Processos e tecnologias de tratamento de esgoto e efluentes industriais (tais como: precipitação química, coagulação, adsorção, membranas, reações redox, processos oxidativos avançados e tratamento biológico). 3. Métodos de controle de processos de tratamento de esgotos. 4. Reuso de águas residuárias. 5. Técnicas de identificação de microorganismos envolvidos nos processos de tratamento de esgoto.

Perfil: Saneamento: tratamento de resíduos sólidos

1. Conceitos, aspectos históricos e marcos legais da gestão e do tratamento de resíduos sólidos urbanos. 2. Processos e tecnologias de tratamento e gestão de resíduos sólidos urbanos. 3. Monitoramento da coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos sólidos e do controle de processos.

Perfil: Vigilância Sanitária e Saúde Coletiva

1. Vigilância sanitária e áreas de atuação. 2. Política de vigilância sanitária. 3. História da vigilância sanitária. 4. Regulação sanitária. 5. Planejamento, gestão e avaliação em vigilância sanitária. 6. Gestão do risco em vigilância sanitária.

Perfil: Vigilância em Saúde Ambiental

1. Conceitos, aspectos históricos e marcos legais da vigilância em saúde ambiental. 2. Estrutura e hierarquização das ações de vigilância em saúde ambiental. 3. Uso de indicadores para a vigilância em saúde ambiental, vigilância da água para consumo humano. 4. Vigilância do solo contaminado por substâncias perigosas. 5. Métodos de amostragem de matrizes ambientais para vigilância em saúde ambiental. 6. Métodos de análise de poluentes orgânicos, inorgânicos e emergentes em matrizes ambientais. 7. Medidas de controle e garantia da qualidade de dados analíticos. 8. Avaliação de risco ambiental e a saúde humana. 9. Métodos de remediação de contaminantes em matrizes ambientais e efluentes líquidos. 10. Técnicas avançadas de degradação de poluentes ambientais.

Perfil: Violência e saúde

1. Impactos da violência sobre a saúde; violência e saúde de profissionais de segurança pública. 2. Violência e saúde da mulher e da criança/adolescente. 3. Triangulação de métodos. 4. Políticas públicas na esfera da violência. 5 Avaliação de programas na área da violência.

CARGO: TECNLOGISTA EM SAÚDE PÚBLICA ENSP

ÁREA: PESQUISA CLÍNICA

1. Boas Práticas Clínicas. 2. Legislação brasileira em pesquisa clínica. 3. Ética na pesquisa com seres humanos. 4. Organização e gerenciamento de centros de pesquisa.

ESPECÍFICOS

Perfil: Aspectos regulatórios de estudos clínicos em Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

1. Legislação de ética em pesquisa vigente no país. 2. Relação do Brasil com as normas internacionais. 3. Redação de termo de consentimento livre e esclarecido. 4. Responsabilidades do pesquisador e do patrocinador em pesquisa clínica e obtenção de consentimento e direitos dos participantes da pesquisa. 5. Normas operacionais para Comitês de Ética em Pesquisa no Brasil: organização e funcionamento e acompanhamento de pesquisas. 6 - Tramitação entre o CEP e a CONEP.

ÁREA: SAÚDE, TRABALHO E AMBIENTE

1. Marcos teóricos, históricos e conceituais da saúde do trabalhador. 2. Políticas públicas em saúde do trabalhador. 3. Relações entre saúde, trabalho e ambiente. 4. Educação e comunicação aplicadas à saúde do trabalhador.

ESPECÍFICO

Perfil: Nutrição no campo da saúde, trabalho e ambiente

1. Públicas em alimentação destinadas ao trabalhador. 2. Condições de alimentação e nutrição da população trabalhadora brasileira. 3. Abordagens teórico metodológicas em educação alimentar e nutricional: contribuições para a saúde do trabalhador. 4. Educação, comunicação e informação alimentar e nutricional em Saúde do Trabalhador.

ANEXO III

Remuneração

(A partir de Janeiro de 2014)

Carreira: Desenvolvimento Tecnológico em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

Cargo: Tecnologista em Saúde Pública

Classe: Tecnologista em Saúde Pública Júnior

Vencimento Básico: R\$ 4.143,48

Auxílio Alimentação: R\$ 373,00

GDACTSP: R\$ 1.704,80 (80 pontos)

Retribuição por Titulação (RT): Especialização: R\$ 1.067,84

Mestrado: R\$ 1.595,50

Doutorado: R\$ 3.096,71

Carreira: Pesquisa em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

Cargo: Pesquisador em Saúde Pública

Classe: Assistente de Pesquisa em Saúde

Vencimento Básico: R\$ 4.685,18

Auxílio Alimentação: R\$ 373,00

GDACTSP: R\$ 1.856,80 (80 pontos)

Retribuição por Titulação (RT): Mestrado: R\$ 1.814,87

Doutorado: R\$ 3.507,61

ANEXO IV
Quadro de Provas

Quadro de provas para o cargo de Pesquisador em Saúde Pública ENSP					
Prova Discursiva	Nº de questões	Pontos / questão	Mínimo de pontos para aprovação	Peso	Pontuação máxima
1ª Etapa					
Conhecimentos Específicos no Perfil	2	35	35	2	140
2ª Etapa					
Análise de Títulos e Currículo		Pontos		Peso	Pontuação máxima
	–	100	–	2,5	250
3ª Etapa					
Apresentação do Projeto de Atuação Profissional e Defesa de Memorial		Pontos	Mínimo de pontos para aprovação	Peso	Pontuação máxima
	–	100	50	3,5	350
Total					740

Quadro de provas para o cargo de Tecnologista em Saúde Pública					
Prova Objetiva	Nº de questões	Pontos / questão	Mínimo de pontos para aprovação	Peso	Pontuação máxima
1ª Etapa					
Conhecimentos Específicos na Área de Atuação	20	1	10	1	20
Conhecimentos Específicos no Perfil	30	1	15	2	60
2ª Etapa					
Prova Discursiva	Nº de questões	Pontos	Mínimo de pontos para aprovação	Peso	Pontuação máxima
	1	20	10	2	40
3ª Etapa					
Análise de Títulos e Currículo	–	–	–	1	20
Total					140

ANEXO V
Critérios de Títulos

Critério de Títulos para o cargo de Pesquisador em Saúde Pública

Item	Pontuação Máxima
1. Formação acadêmica	18 pontos
1.1 Doutorado ¹	18 pontos
2 Atividades de ciência e tecnologia em saúde na área de atuação	12 pontos
2.1 Participação em comitês editoriais de publicações científicas indexadas	4 pontos (2 pontos por participação)
2.2 Bolsas de produtividade CNPq e similares (Fundações de Amparo a Pesquisa ²)	2 pontos (1 ponto por bolsa de produtividade)
2.3 Coordenação de programas ou projetos de desenvolvimento tecnológico ou pesquisa financiados por programas de apoio à pesquisa ³	6 pontos (2 pontos por coordenação)
3 Atividades de ensino relacionadas à área de atuação	24 pontos
3.1 Coordenação de disciplinas ministradas em cursos de graduação ou de pós-graduação	6 pontos (1 ponto por disciplina de pós-graduação e 0,5 ponto por disciplina de graduação)
3.2 Participação em bancas examinadoras de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu	5 pontos (1 ponto por banca de pós-graduação e 0,5 por graduação)
3.3 Orientação de alunos de graduação, pós-graduação lato sensu e pós-graduação stricto sensu	7 pontos (1 pontos por aluno de pós-graduação e 0,5 ponto por aluno de graduação)
3.4 Coordenação de cursos de graduação e pós-graduação	6 pontos (2 pontos por coordenação de cursos de pós-graduação e 1 ponto por cursos de graduação)
4 Produção científica e tecnológica na área de atuação (nos últimos 10 anos)	46 pontos

4.1 Artigos publicados em revistas científicas indexadas	20 pontos (1 ponto por artigo em revista indexada)
4.2 Livros ⁴ publicados e organização de livros ou capítulo de livro publicado	10 pontos (2 pontos para autoria completa de livro e 1 pontos por livro organizado ou por capítulo publicado)
4.3 Patente concedida no Brasil ou no Exterior ⁵	10 pontos (5 pontos por patente concedida)
4.4 Desenvolvimento tecnológico de produtos, insumos ou processos na área ⁶	6 pontos (3 pontos por produto/ processo desenvolvido)
Total	100 pontos

1. Os cursos de Mestrado e Doutorado serão considerados somente se credenciados pelo Conselho Federal de Educação e, quando realizados no exterior, revalidados por instituição nacional competente para tanto.

2. Não inclui bolsas de mestrado e doutorado e de iniciação científica.

3. A coordenação que pontua é a que caracteriza a atuação de pesquisador principal do projeto financiado.

4. Com registro no ISBN

5. Somente patente concedida conforme normas do INPI. Exclui-se pedido de patente.

6. Para comprovação do desenvolvimento do produto, insumo ou processo exige-se a apresentação do Pedido de Patente no Brasil ou Exterior, segundo as normas do INPI. Caso a patente tenha sido concedida, não será contabilizada neste item.

Critérios de Títulos para o cargo de Tecnologista em Saúde Pública

Item	Pontuação Máxima
1. Formação acadêmica relacionada à área de atuação	5 pontos
1.1 Especialização 1	3 pontos
1.2 Mestrado 2	4 pontos
1.3 Doutorado 2	5 pontos
2 Produção técnica no perfil	5 pontos
2.1 Artigos publicados em revistas científicas indexadas; Livros publicados e organização de livros ou capítulo de livro publicado	4 pontos (1 ponto por trabalho)
2.2 Participação na elaboração de normas, procedimentos, protocolos, relatórios de projetos executados ou consultoria em órgãos da administração pública ³	1 ponto (1 ponto por norma/procedimento/protocolo/ programa/material/produto)
3. Experiência Profissional no Perfil	10 pontos
3.1 . Experiência Profissional ⁴	10 pontos (2 pontos por ano trabalhado ou fração acima de 6 meses até 5 anos)
Total	20 pontos

1. Cursos de, no mínimo, 360 horas, de instituições credenciadas pelo MEC.

2. Os cursos de Mestrado e Doutorado serão considerados somente se credenciados pelo Conselho Nacional de Educação e, quando realizados no exterior, revalidados por instituição nacional competente para tanto

3. Comprovação por meio de declaração em papel timbrado da instituição ou empresa com a assinatura da chefia imediata ou superior responsável, com carimbo de identificação.

4. Para receber a pontuação relativa aos títulos relacionados à experiência profissional, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

a) para o exercício de atividade em empresa/instituição privada, será necessária a entrega dos seguintes documentos: cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social, CTPS - folha de identificação onde consta número e série, folha de contrato de trabalho e folhas de alterações de salário em que conste mudança de função, registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) ou empresa e cópias autenticadas dos contracheques referentes ao mês de início e ao mês de término de realização do serviço (com início e fim, se for o caso) e declaração do órgão ou empresa, emitida pelo setor de recursos humanos, com carimbo de identificação, informando a espécie do serviço realizado e a descrição das atividades desenvolvidas no cargo/emprego.

b) para o exercício de atividade em instituição pública, será necessária a entrega dos seguintes documentos: cópias autenticadas dos contracheques referentes ao mês de início e ao mês de término de realização do serviço (com início e fim, se for o caso) e declaração emitida pelo setor de recursos humanos, com carimbo de identificação, que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a descrição das atividades desenvolvidas no cargo/emprego.

c) para o exercício de atividade/serviço prestado por meio de contrato de trabalho, será necessária a entrega dos seguintes documentos: contrato de prestação de serviço/atividade entre as partes, ou seja, o candidato e o contratante; declaração do contratante que informe o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço realizado e a descrição das atividades desenvolvidas no cargo/emprego.

d) para o exercício de atividade/serviço prestado como autônomo, será necessária a entrega dos seguintes documentos: recibo de pagamento a autônomo (RPA), sendo pelo menos o primeiro e o último recibo do período trabalhado como autônomo; e a declaração do contratante/beneficiário que informe o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço realizado e a descrição das atividades no exercício da profissão requerida, bem como a apresentação da cópia autenticada de contratos relativos à prestação de serviços a ser comprovada.

e) para o candidato que tenha experiência profissional no exterior, será necessária a apresentação de cópia autenticada de declaração do órgão ou empresa ou de certidão de tempo de serviço, documentos estes que deverão estar traduzidos para a língua Portuguesa através de tradutor juramentado.

f) para o candidato que tenha experiência profissional com bolsas de incentivo à pesquisa/educação/extensão, tais como CNPq, Faperj, etc, será necessária a apresentação de cópia autenticada do Termo de Concessão de Bolsa com o período de vigência (com início e fim, se for o caso).

Caso o candidato apresente mais de um comprovante de experiência profissional relativo ao mesmo período de tempo, só um deles será computado durante a eventual coincidência.

Não será computado como experiência profissional o tempo relativo às bolsas de estudo, tais como: Aperfeiçoamento, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, Iniciação Científica, etc., estágio, monitoria, tutoria e prestação de serviço voluntário.

As atividades desenvolvidas terão que ser no perfil em que o candidato está concorrendo.

ANEXO VI**Quantidade de Vagas x Número Máximo de Candidatos Aprovados**

(Em atendimento ao que estabelece o Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009)

Quantidade de vagas previstas no edital por cargo ou emprego	Número máximo de candidatos aprovados
1	5
2	9
3	14
4	18
5	22
6	25
7	29
8	32
9	35
10	38
11	40
12	42
13	45
14	47
15	48
16	50
17	52
18	53
19	54
20	56
21	57
22	58
23	58
24	59
25	60
26	60
27	60
28	60
29	60
30 ou mais	duas vezes o número de vagas